

GEOGRAFIA ESCOLAR: O USO DO MATERIAL DIDÁTICO TÁTIL PARA EDUCAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Monica Leticia de Medeiros¹ - Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7418-7977>

Samara dos Santos de Araújo² - Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-4127-9402>

Djanni Martinho dos Santos Sobrinho³ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9541-9071>

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil*

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil**

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil***

Artigo recebido em 08/01/2024 e aceito em 08/01/2024

RESUMO

A Geografia contribui para a compreensão dos espaços, sendo essencial para a formação cidadã do indivíduo. Reconhecendo essa importância, é necessário considerar os aspectos que permeiam o âmbito educacional, abordagem que origina a investigação desse artigo, que busca compreender de que forma as práticas inclusivas na perspectiva da Geografia Escolar, a partir de recursos didático-pedagógicos, podem facilitar o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência visual ou com baixa visão, dando ênfase na produção e manipulação de materiais didáticos táteis. Para isso, tornou-se imprescindível levantamento bibliográfico de autores que discutem sobre Geografia escolar, inclusão e práticas docentes. Além disso, utilizou-se pesquisa documental a documentos que integram a legislação educacional brasileira, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A presente investigação é parte dos resultados das produções desenvolvidas no componente curricular de Ensino de Geografia no curso de pedagogia de uma instituição de Ensino Superior do Rio Grande do Norte, momento em que os graduandos produziram materiais táteis a partir de temáticas relacionadas aos estudos da população. A partir das leituras, análises de documentos e produção do material consideramos o recurso didático tátil como uma ferramenta criativa e didática, que possibilita o processo de aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: deficiência visual; geografia escolar; materiais táteis; práticas inclusivas.

* Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: mdrsmonica17@gmail.com

** Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: samarasamf@gmail.com

*** Doutor em Educação pela UFRN. Professor colaborador do DEDUC/CERES Caicó. E-mail: djannigeo@gmail.com

SCHOOL GEOGRAPHY: THE USE OF TACTILE TEACHING MATERIALS FOR EDUCATION AND GUIDANCE OF PEOPLE WITH VISUAL IMPAIRMENT

ABSTRACT

Geography contributes to the understanding of spaces, being essential for the individual's citizenship formation. Recognizing this importance, it is necessary to consider the aspects that permeate the educational sphere, an approach that originates the investigation of this article, which seeks to understand how inclusive practices from the perspective of School Geography, based on didactic-pedagogical resources, can facilitate the process of teaching and learning for students with visual impairments or low vision, with emphasis on the production and manipulation of tactile teaching materials. To achieve this, a bibliographical survey of authors who discuss school geography, inclusion and teaching practices became essential. In addition, documentary research was used on documents that are part of Brazilian educational legislation, such as the National Common Curricular Base (BNCC). The present investigation is part of the results of the productions developed in the Geography Teaching curricular component in the pedagogy course of a Higher Education institution in Rio Grande do Norte, at which time the undergraduates produced tactile materials based on themes related to population studies. From the readings, document analysis and production of the material, we consider the tactile teaching resource as a creative and didactic tool, which enables the students' learning process.

Keywords: visual impairment; school geography; tactile materials; inclusive practices.

GEOGRAFÍA ESCOLAR: EL USO DE MATERIALES DIDÁCTICOS TÁCTILES PARA LA EDUCACIÓN Y ORIENTACIÓN DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD VISUAL

RESUMEN

La geografía contribuye a la comprensión de los espacios, siendo esencial para la formación de ciudadanía del individuo. Reconociendo esta importancia, es necesario considerar los aspectos que permean el ámbito educativo, enfoque que origina la investigación de este artículo, que busca comprender cómo las prácticas inclusivas desde la perspectiva de la Geografía Escolar, basadas en recursos didáctico-pedagógicos, pueden facilitar el proceso de enseñanza y aprendizaje de estudiantes con discapacidad visual o baja visión, con énfasis en la producción y manipulación de materiales didácticos táctiles. Para lograrlo, se hizo imprescindible un levantamiento bibliográfico de autores que discuten sobre geografía escolar, inclusión y prácticas docentes. Además, se utilizó la investigación documental sobre documentos que forman parte de la legislación educativa brasileña, como la Base Curricular Común Nacional (BNCC). La presente investigación forma parte de los resultados de las producciones desarrolladas en el componente curricular de Enseñanza de Geografía en el curso de pedagogía de una institución de Educación Superior en Rio Grande do Norte, momento en el que los estudiantes produjeron materiales táctiles basados en temas relacionados con los estudios de población. A partir de las lecturas, análisis documental y producción del material, consideramos el recurso didáctico táctil como una herramienta creativa y didáctica, que posibilita el proceso de aprendizaje de los estudiantes.

Palabras clave: discapacidad visual; geografía escolar; materiales táctiles; prácticas inclusivas.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a inclusão escolar vem sendo alvo de inúmeros debates e discussões, com o intuito de buscar oportunidades de equidade para garantir uma educação igualitária que atenda as especificidades de todos os alunos. No entanto, apesar das conquistas e direitos presentes nas leis e diretrizes da educação brasileira, no âmbito escolar a inclusão de crianças com deficiência ainda se configura como um desafio.

Tal realidade se faz presente na perspectiva da Geografia escolar, isso porque as práticas pedagógicas e metodológicas se distanciam das realidades da maioria dos estudantes atípicos. Contudo, a escola deve ser um espaço que contemple as diversidades e singularidades que cada indivíduo apresenta. Dessa forma, é imprescindível que sejam realizadas formações contínuas e ações assíduas de planejamento e desenvolvimento que auxiliem o professor na sua prática, contribuindo no ensino-aprendizagem dos discentes, promovendo superação de suas limitações. Como evidenciado nos documentos oficiais, é necessário reforçar a atenção a essas diversidades, por meio de adaptações de atividades que atendam as necessidades de cada estudante.

Nesse contexto, para realização da presente investigação, elegemos como questões norteadoras: as práticas pedagógicas adotadas pelos professores são inclusivas? Existem formações continuadas para os professores, possibilitando o planejamento inclusivo? Quais estratégias de ensino os professores estão praticando para incluir o aluno com deficiência visual? De que forma, o ensino de Geografia contribui com o desenvolvimento e formação dos alunos com deficiência visual?

Desse modo, o presente trabalho teve por objetivo compreender de que forma as práticas inclusivas na perspectiva da Geografia Escolar, a partir de recursos didático-pedagógicos, podem facilitar o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência visual ou com baixa visão, dando ênfase na produção e manipulação de materiais didáticos táteis.

A relevância dessa proposta prática e investigativa se justifica, a partir da exploração da temática abordada, em possibilitar uma análise da importância da utilização de recursos didáticos no ensino de Geografia e como estes contribuem para a formação e autonomia de alunos com deficiência visual. É fundamental, pensarmos sobre as práticas que estão sendo oferecidas para esses alunos, visto que, há a necessidade de olharmos para a realidade da Geografia Escolar, de modo que contemple a inclusão, promovendo iniciativas de práticas pedagógicas inclusivas nas escolas, que beneficiem o ensino e aprendizagem desse aluno, visando uma garantia de inclusão para que ele possa se

desenvolver a partir de seus outros sentidos, fazendo parte de todo o processo junto com os demais colegas.

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico acerca da temática abordada; além de estudos e confecção de materiais táteis no âmbito das disciplinas de Ensino de Geografia I e Ensino de Geografia II, na graduação em Pedagogia.

Partindo desses pressupostos, para a construção do embasamento teórico dessa reflexão, foram utilizados referenciais importantes acerca da temática. Dessa maneira, esta proposta tem como fundamentação teórica a perspectiva de estudos de Mantoan (2003) e Masini (2007), que discutem a respeito da inclusão; Cavalcanti (2010), Ferreira, Rodrigues e Jesus (2011), que abordam aspectos da trajetória da geografia como disciplina escolar; como também, Custódio e Nogueira (2014), e Souza (2007), que destacam a relevância e utilização do recurso didático tátil. Além disso, apresenta aspectos da Declaração de Salamanca (1994), que traz os princípios, políticas e práticas para a educação inclusiva, visando garantir acesso de qualidade à educação.

O desenvolvimento do trabalho está estruturado em duas partes: na primeira há uma contextualização acerca da geografia escolar nos anos iniciais e seus apontamentos gerais, e na segunda, uma abordagem acerca das práticas pedagógicas inclusivas no ensino de Geografia, discutindo a importância dos materiais didáticos táteis para a compreensão cartográfica de deficientes visuais.

GEOGRAFIA ESCOLAR: APONTAMENTOS GERAIS

Abordar aspectos da Geografia Escolar ao longo dos anos proporciona uma reflexão acerca da sua trajetória e suas práticas como campo de ensino e conhecimento na contemporaneidade. A história da geografia escolar é marcada por algumas constatações: a geografia ensinada não atraía os alunos; não havia uma consciência da importância dos conteúdos ensinados (CAVALCANTI, 2010). Em vista disso, foi necessário buscar novos caminhos que superassem esses ideais e trouxessem mudanças.

Como destaca Ferreira; Rodrigues; Jesus (2011, p. 2):

A geografia vem sofrendo mudanças procurando pensar qual é o seu papel na sociedade, constituindo-se de novos conteúdos, reformulando outros já existentes de grande importância,

questionando os métodos utilizados para explicar os conteúdos e utilizando novos métodos, fazendo com que os alunos participem mais das aulas com questionamentos e vivências do dia a dia. As discussões teóricas que são propostas pouco têm sido feitas na prática. Mas as alterações estão começando a aparecer com as experiências e com o estudo das teorias críticas de geografia.

Na atualidade, mesmo diante de inúmeras mudanças, ainda se constata algumas permanências que foram produzidas ao longo da trajetória da Geografia Escolar. O ensino dos conteúdos ainda se apresenta com características de apenas descrições e nomenclaturas. Diante disso, deve-se pensar em um ensino de geografia que supere as características mnemônicas. Ou seja, tenha sentido real na vida dos estudantes, conectando o indivíduo com o mundo e o aproximando da sua realidade, levando em conta os interesses e o seu lugar na sociedade, visando proporcionar a construção do conhecimento significativo por parte do aluno. Logo, é importante que o discente seja um agente ativo no processo de aprendizagem, possibilitando a interação com a sua realidade, sendo relacionado os conteúdos da sala de aula com as vivências e o cotidiano dos sujeitos aprendentes.

Nessa perspectiva, é indispensável ao ensino de Geografia proporcionar a ampliação dos saberes cultural, geográfico e espacial dos estudantes. Mediante o exposto, é possível destacar que “uma educação de qualidade deve propiciar ao (à) estudante ir além dos referentes presentes em seu mundo cotidiano, assumindo-o e ampliando-o, transformando-se, assim, em um sujeito ativo na mudança de seu contexto” (MOREIRA e CANDAU, 2008, p. 21). Partindo desse pressuposto, para compreendermos a aplicabilidade do ensino de Geografia na atualidade, é necessário identificarmos os conhecimentos e aprendizagens que estão presentes nos documentos legais, a fim de analisar o que é proposto.

Ao analisarmos como o ensino de geografia está situado no âmbito dos documentos legais, temos como parâmetro a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), um documento norteador que rege as normas de orientações para o ensino e aprendizagem dos estudantes das instituições de educação básica, apresentando conhecimentos, competências e habilidades para cada etapa da escolarização. Essas definições são orientadoras, mas não suficientes para a efetivação do ensino-aprendizagem na sala de aula.

Ao longo de toda a Educação Básica, o ensino das Ciências Humanas deve promover explorações sociocognitivas, afetivas e lúdicas capazes de potencializar sentidos e experiências com saberes sobre a pessoa, o mundo social e a natureza. Dessa maneira, a área contribui para o adensamento de conhecimentos sobre a participação no mundo social e a reflexão sobre as questões sociais, éticas e políticas, fortalecendo a formação dos alunos e o desenvolvimento da autonomia intelectual, bases para uma atuação crítica e orientada por valores democráticos. (BRASIL, 2018, p. 354)

A Geografia, por sua vez, tem o propósito de instigar a compreensão da realidade do espaço, a partir do desenvolvimento do pensamento espacial e do raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo e os componentes da sociedade (BRASIL, 2018, p. 360). Para isto, é necessário fornecer subsídios para que a aprendizagem do aluno ocorra de forma efetiva, explorando as diferentes práticas que concebem as representações espaciais.

No que se refere aos aspectos populacionais no Ensino Fundamental I, especificamente nas turmas de 5º ano, a BNCC focaliza e apresenta a habilidade (EF05GE01): descrever e analisar dinâmicas populacionais na unidade de federação em que vive estabelecendo relações entre migrações e condições de infraestrutura, que constitui a unidade temática do sujeito e seu lugar no mundo. Nesse sentido, a Geografia tem um papel de suma importância para a compreensão do espaço temporal e populacional, permitindo que os estudantes conheçam, analisem e identifiquem como as populações estão constituídas, e que fatores justificam seus deslocamentos.

Posto isso, ao trabalharmos esta unidade temática em uma sala com crianças que tenham deficiência visual, é preciso elaborar recursos didáticos, com a finalidade de contemplar a diversidade de instrumentos e de metodologias pedagógicas, as quais irão servir como objetos de inclusão e motivação para a aprendizagem dos estudantes.

A GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO: O USO DIDÁTICO DO MATERIAL TÁTIL

No ensino, há diferentes formas de se trabalhar um único conteúdo. Mediante suas competências específicas, o componente curricular de Geografia permite a utilização de distintas possibilidades e ferramentas, a fim de despertar o interesse do aluno e proporcionar uma maior participação do estudante, havendo a construção do conhecimento de uma maneira mais lúdica e didática.

Nessa perspectiva, os recursos instigam a curiosidade do estudante e o estimulam a explorar todo o conteúdo que está sendo estudado em sala, estabelecendo um diálogo entre o espaço geográfico de forma concreta, levando-os a ler o espaço vivido de forma dinâmica e potencializadora, oportunizando assim, a formação de novos conhecimentos. “O recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino-aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos”. (SOUZA, 2007, p. 111).

Assim, cabe ao professor ter a criatividade de utilizar estas ferramentas como um apoio complementar a sua metodologia, com intuito de garantir uma aprendizagem significativa e inovadora, evitando que as aulas sejam mnemônicas e desinteressantes. Posto isso, é imprescindível que o professor organize e planeje sua prática de ensino buscando métodos inovadores, mas sem fugir do principal objetivo do ensino e aprendizagem da sua aula. Para isso, Souza (2007) afirma que os recursos didáticos não podem ser utilizados de qualquer maneira, é necessário um planejamento por parte do professor, para que este contemple os objetivos propostos na aula.

Como mencionado anteriormente, os recursos didáticos servem como apoio pedagógico, sendo um suporte para o professor e um objeto de motivação para os alunos. Na Geografia, existem diversos instrumentos e elementos fundamentais que possibilitam o entendimento dos fenômenos e a compreensão do espaço geográfico. Consoante a isso, temos a cartografia, que é uma área da geografia responsável pela criação, produção e análise de mapas gráficos. Outros exemplos de recursos que contribuem para que o aluno entenda a realidade por meio da ludicidade são: maquetes, mapas, globo terrestres, entre outros.

Neste artigo, a ênfase se deu aos materiais didáticos táteis, um instrumento de grande relevância, que envolve a confecção e utilização de mapas e outros produtos cartográficos, funcionando como um mecanismo que conduz as necessidades de orientação e de mobilidade de crianças cegas ou com baixa visão. Dessa forma, os materiais táteis permitem que sejam aguçados os sentidos do aluno com ou sem deficiência visual, tornando os conteúdos abstratos em concretos. Ou seja, através de seu tato e sua imaginação, há a representação e compreensão do espaço.

Pensando no Ensino de Geografia na perspectiva inclusiva, durante o componente curricular de Ensino de Geografia I, foi solicitado a elaboração de objetos de aprendizagem com a finalidade de trazer para a realidade de todos uma proposta concreta por meio da utilização do tato. O objetivo da atividade era a construção de pirâmides etárias, com o intuito de identificar, compreender e enfatizar as dinâmicas populacionais, e transições demográficas nacional e local. Partindo dessa premissa, apresentamos a seguir como se deu o processo de elaboração dos materiais didáticos táteis.

A priori, houve uma abordagem por meio de aulas expositivas e discussões, com o intuito de evidenciar acerca dos aspectos da inclusão de alunos com deficiência no ensino de geografia, assim como, foram realizadas considerações acerca dos materiais didáticos táteis como prática

potencializadora para o ensino e aprendizagem de alunos com deficiência visual. E por fim, houve a elaboração dos recursos relacionados aos estudos das dinâmicas populacionais.

Na confecção dos materiais didáticos, foram elaboradas pirâmides etárias no formato de um material tátil, representando os aspectos populacionais, e suas transformações. (figura 1, 2 e 3). O material foi estruturado em uma base de cartolina e os estudantes utilizaram texturas como: feijão, arroz, linha para crochê e miçangas, propiciando uma leitura por alto-relevo. (Figura 1).

Figura 1 - Pirâmide com feijão, arroz e miçanga.



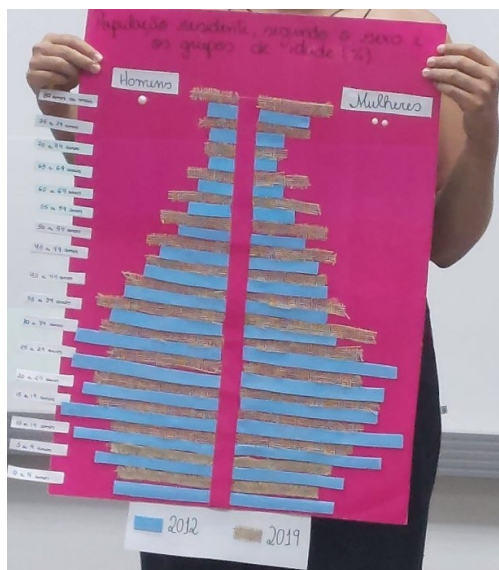
Fonte: Autores, 2022.

Os estudantes evidenciaram as informações populacionais, como sexo e grupos de idade em braile (miçanga de formato circular), e com os grãos (feijão e arroz) fizeram a distinção dessas mudanças populacionais entre os anos de 2012 e 2019.

Na figura 1, a pirâmide etária está contida em uma moldura feita com linha de crochê, que limita as informações expostas, servindo de orientação para que o estudante realize a leitura. Por meio desse mapa tátil, é possível favorecer aspectos tridimensionais que evidenciam e favorecem a relação entre o conhecimento a partir do domínio dos sentidos, facilitando a exploração tátil para estudantes com deficiência visual, a partir da interpretação dos elementos presentes e da criação de imagens mentais daquilo que o mapa objetiva retratar.

Assim como no primeiro recurso, na construção do segundo constante na figura 2, foram utilizadas miçangas, e o uso de diferentes texturas, como a do tecido juta e o EVA. Inegavelmente, há o uso de uma diversidade de mecanismos facilitadores, que instigam os sentidos de alunos com deficiência visual.

Figura 2: Pirâmide com texturas de EVA e Juta.



Fonte: Autores, 2022.

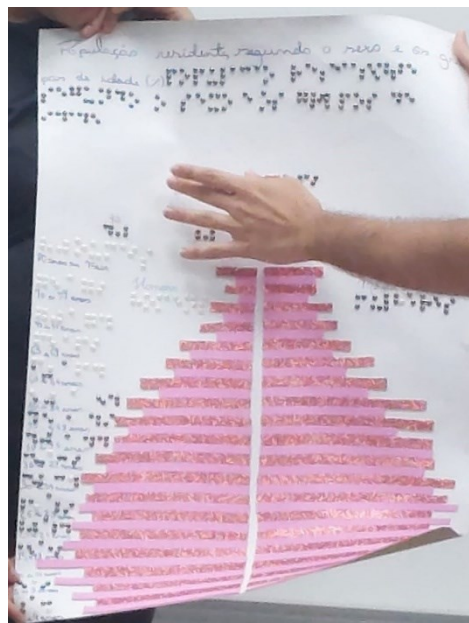
Diferente da figura 1, nota-se uma ausência de elementos e informações em braile. Contudo, a pirâmide nos faz refletir sobre o fato de que nem todos os estudantes são alfabetizados neste instrumento, e estes podem aprender de outra forma, por meio da mobilidade e de mecanismos com diferentes texturas. Isso mostra que os professores devem ser capacitados para desenvolver e utilizar instrumentos úteis e diversos que sejam facilitadores durante o processo de aprendizagem e capazes de atender as especificidades de todos os estudantes.

A cartografia tátil, a partir da utilização de diferentes texturas, viabiliza a compreensão para estudantes com deficiência visual. Desse modo, os mapas construídos trazem dinamicidade e inclusão para o âmbito da sala de aula. Acerca desses recursos, Custódio e Nogueira (2014) afirmam que a utilização desses materiais prioriza o uso de outros sentidos além da visão, e oferece aos alunos com deficiência visual o acesso e a vivência ao conteúdo.

A terceira pirâmide (figura 3) em sua elaboração, também recorreram às miçangas para representar aspectos da escrita em braile, contendo as principais informações desde o título. Assim,

há uma maior facilidade para que o leitor saiba o que está sendo representado. Para as demais representações utilizaram de EVA com glitter e liso, ficando explícito a preocupação dos estudantes em utilizar diferentes texturas, bem como o uso de elementos e materiais diversos

Figura 3: Pirâmide com textura de EVA (com glitter e liso) e miçanga



Fonte: Autores, 2022.

Percebemos que ao relacionar o ensino da geografia à cartografia tátil, é desencadeado sentidos e significados aos conteúdos estudados. Desta maneira, esse recurso apresenta-se como um material concreto, que desenvolve os aspectos cognitivos e sensoriais.

Um ponto pertinente a ser destacado, é que durante a construção destes materiais é necessário que seja levado em consideração adaptações e critérios. Custódio e Nogueira (2014), a respeito disso evidenciam que:

[...] o processo de elaboração de um mapa tátil, a partir de um mapa impresso em tinta, não é apenas transformar o que é visual em tátil, é preciso procurar conhecer como ocorre a leitura através do tato e compreender como acontece o processo cognitivo em deficientes visuais, só assim é possível elaborar mapas que sejam acessíveis aos deficientes visuais. (CUSTÓDIO e NOGUEIRA, 2014, p. 763-764).

Além dos aspectos mencionados, é preciso considerar como as pessoas com deficiência visual se apropriam e organizam o conhecimento por meio dos materiais didáticos táteis. A cartografia tátil se apresenta como um veículo para a aquisição de informações. Isso porque, oferece ao cérebro uma variedade de aparatos, por meio do sentido do tato, que permite a pessoa com deficiência visual

decodificá-los e explorá-los. Dito isto, é importante realizar adaptações para a compreensão geográfica, estabelecendo o título, escala e símbolos para orientação. Esses fatores levam o estudante com deficiência visual a compreender os dados espaciais.

A confecção destes materiais demonstrou que estes são de fundamental importância para tornar o ensino inclusivo, significativo e dinâmico. Assim, os materiais didáticos táteis se tornam uma ferramenta que orienta e promove o ensino para estudantes, principalmente para aqueles com deficiência visual. Portanto, a presente atividade proporcionou aos estudantes um maior conhecimento acerca da cartografia tátil.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

As práticas pedagógicas inclusivas estão relacionadas às várias fases de planejamento e desenvolvimento de estratégias no qual se busca a superação de limites que são impostos no ensino e aprendizagem no âmbito da inclusão escolar.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 5):

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

Dito isto, a função das práticas pedagógicas é de oportunizar e valorizar as diferenças humanas em diversas áreas do conhecimento, e serve de alicerce para qualificação do trabalho docente, favorecendo a criação de oportunidades adequando a singularidade de cada pessoa e visando uma autonomia necessária.

Mantoan (2003, p. 35) aponta que:

A possibilidade de se ensinar todos os alunos, sem discriminações e sem métodos e práticas de ensino especializados deriva, portanto, de uma reestruturação do projeto pedagógico-escolar como um todo e das reformulações que esse projeto exige da escola, para que esta se ajuste a novos parâmetros de ação educativa.

Nesse sentido, ao observarmos esses estudos e os seus aspectos nos questionamos: será que de fato as práticas pedagógicas estão sendo utilizadas corretamente para a construção da perspectiva da educação inclusiva para alunos com deficiência visual?

Para esse questionamento, Carneiro (2012, p. 88) afirma que:

Não sabemos ser inclusivos. Isso decorre das experiências culturais e sociais as quais fomos submetidas. Há menos de duas décadas, cursos de formação de professores sequer referiam

a existência das diferenças educacionais advindas das deficiências, o que resultou em uma formação e, consequente prática, desvinculada de tal realidade. A formação inicial e continuada dos professores da educação infantil com vistas à superação de tal modelo é imprescindível.

O autor evidencia a importância das formações continuadas para um melhor planejamento educacional inclusivo. A qualificação é indispensável para que o profissional consiga identificar as dificuldades dos estudantes, a falta de conhecimento em relação às deficiências, parecem interferir na prática pedagógica dos docentes, uma vez que muitos professores apresentam ideias distorcidas em relação a estas.

Dessa maneira, é preciso que as escolas busquem essas qualificações, pois isso é uma forma de incentivar e efetivar as práticas, de modo que professores e profissionais desenvolvam ações pedagógicas para gerar um avanço relevante no desenvolvimento pessoal e intelectual do aluno, proporcionando-lhe uma instrução que exerça a prática da inclusão escolar. Além disso, é importante destacar que essa qualificação é indispensável para que o profissional consiga identificar as dificuldades dos estudantes. Todavia, é comum encontrar professores do ensino regular que apresentam um déficit no qual não tiveram a oportunidade de ter conhecimento sobre esse assunto em sua formação profissional.

Para Mantoan (2003) o professor deve partilhar com seus alunos a construção dos conhecimentos produzidos em uma aula. Portanto, o professor deve ser criativo ao elaborar novas estratégias por meio de práticas educativas, a fim de possibilitar uma melhor interação com seu aluno em sala de aula.

Posto conseguinte, é essencial destacar que os alunos com deficiência visual precisam de planejamentos que sejam diferenciados e específicos para cada um deles, com o uso de materiais didáticos adequados. Por meio do uso desses recursos o aluno passa a ser ativo e o protagonista da sua aprendizagem. Além disso, o professor, por sua vez, sendo o mediador desse processo de ensino, em sua prática pedagógica deve manifestar saberes que busquem a eliminação de qualquer tipo de discriminação, possibilitando aos discentes um ensino mais significativo e igualitário. Portanto, é de extrema importância a realização de propostas que atendam às necessidades educacionais do aluno, uma vez que é necessário equalizar e sobretudo qualificar o ensino inclusivo, e isso implica o compromisso de todos, pela garantia dos direitos a uma educação de qualidade.

Para que haja a inclusão nas escolas é necessário que exista um planejamento diferenciado e diversificado por parte dos professores, e que estes se sensibilizem e inovem suas práticas,

aproximando os educandos do processo de ensino-aprendizagem, pois a aquisição do conhecimento necessita passar por uma abordagem significativa. Masini (2007) menciona que é necessário compreender a estrutura cognitiva e perceptual do indivíduo com deficiência. Para isso, é importante que os professores participem das vivências do aluno. Considerar essas vivências, significa considerar o cotidiano, as suas experiências como um mecanismo de apoio para o processo concreto de aprendizagem. Sendo assim, o professor deve utilizar os significados dados pelos alunos durante o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos.

É imprescindível que os professores utilizem recursos didáticos e metodologias diversificadas em sala de aula, pois isso ajudará de forma significativa na construção da aprendizagem dos alunos com deficiência visual. Alguns exemplos são: dividir as tarefas em partes pequenas e ir aumentando as dificuldades gradativamente sempre que o aluno já tiver vencido a etapa anterior; basear os trabalhos em diferentes tipos de linguagem como música, artes, expressões corporais, utilizar instrumentos táteis e que envolvam os sentidos dos alunos, visto que, estes facilitam o aprendizado dos mesmos, pois são recursos concretos, e é com base nesses recursos concretos que o aluno com deficiência visual é capaz de realizar abstrações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destas considerações, a presente pesquisa pretende contribuir para avanços acerca das práticas pedagógicas inclusivas no ensino-aprendizagem de Geografia nos anos iniciais, evidenciando a importância da utilização dos recursos didáticos, dando ênfase ao uso do material didático tátil para a manipulação de alunos com deficiência visual ou baixa visão, para oportunizar uma melhor formação intelectual aos discentes.

Acresce que, a função das práticas pedagógicas e sua dimensão pretende oportunizar e valorizar as diferenças humanas em diversas áreas do conhecimento, servindo de alicerce para qualificação do trabalho docente, favorecendo a criação de oportunidades adequando a singularidade de cada pessoa e visando uma autonomia necessária. Portanto, para implementar o uso de recursos didáticos corretamente, o professor deve romper com a aprendizagem mnemônica e desenvolver a capacidade de explorar práticas inclusivas que promovam a equidade e interação dos alunos, utilizando o que está ao seu alcance em prol de uma aprendizagem significativa, eficaz e inclusiva.

Outrossim, a realização da atividade proposta no componente curricular de Ensino de Geografia I, aos graduandos de Pedagogia, evidenciaram a importância de metodologias adaptadas para garantir a participação de todos os estudantes no processo de aprendizagem. Dessa maneira, o material tátil, se apresenta como um mecanismo indispensável para auxiliar estudantes com deficiência visual no âmbito educacional. Esse recurso pode ser utilizado para todos os estudantes, propiciando um maior interesse por partes destes, ao aplicar dinâmicas diferenciadas, instigando-os a ter uma reflexão sobre a importância da inclusão.

Diante dos fatos supracitados, para a consolidação da inclusão escolar, é necessário romper com as barreiras atitudinais impostas pela sociedade e promover a organização e ampliação das práticas docentes. Sendo assim, a efetivação da inclusão nas escolas será fomentada a partir das formações iniciais e continuadas para os professores, de como atuar com alunos com deficiência. Nesse contexto, faz-se necessário pensar e planejar a educação como forma de expansão, abrindo espaço para uma prática pedagógica dinâmica, inclusiva, interdisciplinar e cidadã, especialmente nas questões voltadas ao Ensino de Geografia, que possibilita uma compreensão acerca das relações sociais, como também dos fenômenos naturais. Por meio dessa percepção, há o entendimento em relação às dinâmicas populacionais e suas características.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CARNEIRO, R. U. C. **Educação inclusiva na educação infantil**. *Práxis Educacional*, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124965>>. Acesso em: 01 de Junho de 2023.
- CUSTÓDIO, G. A.; NOGUEIRA, R. E. **O APORTE DA CARTOGRAFIA TÁTIL NO ENSINO DE CONCEITOS CARTOGRÁFICOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**. *Revista Brasileira de Cartografia*, Rio de Janeiro, Nº 63/4, p. 757-772, Jul/Ago/2014
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.ec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alamanca.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2023.
- FERREIRA, A. A.; RODRIGUES, S. X. C.; JESUS, J. N. de. A importância da prática de ensino em Geografia. In: EDIPE – ENCONTRO ESTADUAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, **Anais ...**, v. 4., Quirinópolis - GO, 2011
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Ensino inclusivo: educação de qualidade para todos**. Brasília: Revista Integração. SEESP, ano 8, nº 20, 1998.

MASINI, E. F. S. **A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores**. São Paulo: Vetor, 2007.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Currículo, conhecimento e cultura**. Indagações sobre o currículo. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. (Orgs.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. p.17-48.

SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In: I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana De Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”, **Anais...** Maringá: UEM, 2007.